



# ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses  
Volume 73

---

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE,  
TRANSIÇÃO E MUDANÇA

---

Título

**Arqueologia & História**

**13ª Série**

Volume

**73**

Ano de Edição

**2022**

Ano Associativo AAP

**2021**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

**José Morais Arnaud**

Coordenação

**José Morais Arnaud e Andrea Martins**

Design gráfico

**Flatland Design**

Fotografia da capa

**Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)**

Impressão

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem

**300 exemplares**

Depósito legal

**73 446/93**

ISSN

**0871-2735**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

- 5 Editorial  
José Morais Arnaud
- A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA**
- 9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*.  
Apresentação  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval  
António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real
- 37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais  
Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo
- 47 Defensa de la muralla augustea de Emerita  
Miguel Alba
- 67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado  
Ana Patrícia Magalhães
- 83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga  
André Carneiro
- 97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade  
João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias
- 107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia  
Virgílio Lopes
- 121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas  
Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme
- 131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)  
Pedro Matos, Helena Catarino
- 143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão  
Jacinta Bugalhão
- 157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X  
Bruno Franco Moreno
- 169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)  
João António Ferreira Marques
- 177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)  
Alfonso Vigil-Escalera Guirado
- 187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus  
Susana Gómez Martínez
- 207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves  
Rosa Varela Gomes
- 221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X  
Elena Salinas

- 235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada  
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez
- 245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora  
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva
- 265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica  
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, M<sup>a</sup>. José Gonçalves, Susana Gómez

## **ARTIGOS**

- 275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas  
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz
- 285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)  
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

## **COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR**

- 299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior  
Ana Margarida Ferreira
- 307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar...  
Carlos Manuel Dias Madaleno
- 315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016  
Joana Bizarro
- 323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016  
Sara Ferro
- 331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior  
Elisabete Martins Robalo

## **RELATÓRIOS**

- 341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021  
José Morais Arnaud
- 347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021  
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021  
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3<sup>o</sup> milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021  
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

# A CIDADE ROMANA DE Balsa – NOVAS E VELHAS EVIDÊNCIAS DO PERÍODO FINAL DA CIDADE<sup>1</sup>

João Pedro Bernardes<sup>1</sup>, Vítor Silva Dias<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Algarve – CEAACP / jbernar@ualg.pt

<sup>2</sup> Museu Monográfico de Conimbriga – Museu Nacional / CEIS20 | Centro de Estudos Interdisciplinares – Universidade de Coimbra (investigador) / CIDEHUS | Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora (colaborador) / vitorsilvadias@gmail.com

## Resumo

Desde a identificação feita por Estácio da Veiga no século XIX que a investigação arqueológica sobre a cidade romana Balsa tem sido escassa, excetuando-se nos últimos anos um significativo avanço que o estudo dos materiais dali oriundos proporcionou.

Na sequência de prospeções e sondagens recentemente realizadas, novos dados científicos permitiram aferir a localização do *forum* da cidade, identificar uma necrópole tardia, bem como uma ampla zona urbana constituída por vias e alinhamentos ortogonais com indícios de uma ocupação tardo-antiga.

O estudo destes novos contextos vem adicionar aos indicadores cerâmicos que balizam a sua ocupação até ao séc. VII, novos dados que revelam um pouco mais da última fase da urbe.

**Palavras-chave:** Prospeções geofísicas, Cidade portuária, Contextos tardo-antigos.

## Abstract

Since the identification made by Estácio da Veiga in the 19<sup>th</sup> century, archaeological research on the Roman city of Balsa has been scarce, except in recent years.

Following prospections and surveys recently carried out, new scientific data made it possible to assess the location of the city forum, identify a late necropolis, as well as a wide urban area consisting of orthogonal paths and alignments with evidence of an late-ancient occupation.

The study of these new contexts adds to the ceramic indicators that demonstrate its occupation until the 7<sup>th</sup> century new data that reveal a little more of the last phase of the city.

**Keywords:** Geophysical surveys, Roman port city, Late-ancient contexts.

---

<sup>1</sup> Texto que se enquadra no âmbito do projeto SAICT-ALG/39581/2018: “Balsa, Searching the origins of Algarve”

## 1. INTRODUÇÃO

Balsa, cidade marítima do sul da Lusitânia, foi localizada em Luz de Tavira, nas quintas de Torre de Aires e das Antas, em 1866, por Estácio da Veiga. Na primeira daquelas quintas efectuou extensas escavações, nomeadamente na necrópole norte da cidade, onde recolheu espólio muito significativo e de referência até hoje da arqueologia romana portuguesa.

Desde então têm sido múltiplos os achados de artefactos e estruturas que vão do século I a.C. (com pouca evidência) até ao século VII, balizas cronológicas estas sugeridas pelo espólio cerâmico recolhido no local (Viegas, 2011, pp. 261 e seg.). Sendo um sítio relativamente pouco conhecido no que se refere à investigação de campo, para além de visitas ou notícias pontuais, como a efectuada por Bairrão Oleiro em 1948, sem grandes consequências para o avanço do conhecimento, são de destacar, ainda assim, os trabalhos de prospeção desenvolvidos em 1977 por Fernando Bandeira Ferreira, Manuel Maia, Maria Maia e Victor Gonçalves. Na sequência dessas prospeções, que permitiram a localização de várias estruturas e bastante material cerâmico, seguiu-se uma campanha de escavações arqueológicas que detetaram “uma conduta de água em *opus incertum*, ... e cetárias constituídas por paredes em *opus incertum*...” (Maia e Maia, 1978; Figura 1). Estes trabalhos permitiram a recolha de um volume assinalável de espólio, depositado no Museu Nacional de Arqueologia, tendo as cerâmicas finas e as ânforas sido objeto de um aturado estudo por parte de Catarina Viegas (Viegas, 2006; 2011). Na década seguinte um levantamento e registo de todas as ocorrências arqueológicas de superfície por parte da então arqueóloga do Parque Natural da Ria Formosa Cristina Garcia, indicia que muitas das estruturas anteriormente identificadas tinham sido destruídas (1989).

A partir de então pouco mais se avançou nos trabalhos de campo, assistindo-se a mobilização de terras com a consequente destruição de muitos testemunhos que ainda subsistiam. A crescente sensibilização da sociedade para a salvaguarda da memória do passado, a emergência de associações de defesa patrimonial, a inércia das autoridades face a destruições que aparentavam uma certa impunidade, e ainda notícias pontuais na comunicação social, mais ou menos sensacionalistas, sobre o sítio, como o documentário televisivo “Balsa, cidade flutuante”, levaram a empolar uma realidade, pouco conhecida no terreno, mas bem ilustrada com os vistosos objetos recolhidos no século XIX. Rapidamente surgem propostas mais ou menos especu-



Figura 1 – Sondagem das escavações de 1977 realizadas na Quinta da Torre d’Aires por Manuel e Maria Maia.

lativas sobre como seria a urbe, ocupando o vazio deixado pelos estudos científicos e apresentando uma cidade romana completa, enorme e idílica. “Balsa, cidade perdida”, atrativo livro de Luís Fraga da Silva, é o expoente mágico dessa imagem da “(re)construção” da cidade de Balsa, cabendo-lhe o mérito, porém, de contribuir para mobilizar ainda mais as pessoas para a preservação de um glorioso passado romano, a que alegadamente se sobrepunham outros interesses.

É neste contexto de uma população atenta e vigilante que, quando em 2016 se inicia um projeto agrícola na quinta da Torre d’Aires, área onde se centrou a localização de Balsa, surge uma onda de contestação e com grande imediatismo que acabou por levar à resolução da Assembleia da República nº 207/2017 de 11 de agosto, que recomendava ao Governo a defesa e preservação das ruínas da antiga cidade. Outra consequência da denúncia às autoridades e indignação popular por o projeto não ter qualquer tipo de acompanhamento patrimonial, foi o embargo da obra

e a exigência de estudos de mitigação de impacto patrimonial que implicou amplos estudos de prospeção de superfície e geofísica seguidos por algumas sondagens efetuados por uma empresa privada, mas com a coordenação científica da Universidade do Algarve, cujos resultados já demos conta (Dias *et al.* 2018) e que, em parte, retomaremos aqui.

## 2. O QUE SE CONHECE

A longa historiografia do sítio encontra-se intimamente relacionada com a própria evolução da arqueologia portuguesa, em particular com o conhecimento da arqueologia romana da Lusitânia no atual território português. As primeiras referências a Balsa são indissociáveis de Sebastião Estácio da Veiga, cujos trabalhos não deixam dúvidas quanto ao potencial arqueológico da área compreendida entre Santa Luzia e Luz de Tavira. Identificou a antiga cidade romana com as propriedades das quintas das Antas e de Torre d’Aires onde escavou parte significativa de uma necrópole para além de estruturas passíveis de serem identificadas como um edifício termal (Santos, 1971, pp. 232-234). São referidas por aquele arqueólogo algarvio cetárias, necrópoles, edifícios com mosaicos, balneários e condutas de água. No entanto, já antes a memória popular e algumas notícias apontavam para ali a existência de uma cidade antiga, como é o caso do relato que o pároco da Luz da Tavira faz nas Memórias Paroquiais de 1758 (vol. 21, nº 161, fl. 1369): *“e outro sim tem noticia que do sitio do Arroyo ao porto da pedra lemtes desta freguesia, que confinão com o dito Rio havia huma Cidade chamada a cidade de Antas, que vulgarmente hoje lhe chamão as Andas, que foy tomada ahos Mouros em tempo de dom Payo Peres da qual ainda hoje ha vestígios de pderaryas Lavradas”*.

A “opulenta Balsa”, segundo palavras de Estácio da Veiga (1866), tem a sua prosperidade documentada através de diversas fontes. A numismática e a epigrafia neste particular fornecem sólidos e esclarecedores contributos. A representação de atuns, navios e o possível culto a Baal (Gomes e Gomes, 1981/83, p. 163; Mantas, 1990; Maia, 2008, p. 231), juntamente com a legenda BALS, parecem atestar a capacidade produtiva na iconografia da cidade. Alguns fragmentos arquitetónicos conhecidos dão também conta da monumentalidade de alguns dos seus edifícios (Figura 2).

A epigrafia de Balsa é notável, dando-nos a conhecer quer diferentes vertentes do seu quotidiano quer algumas das suas mais importantes famílias que contribuíram para a cidade com algumas ações evergéticas,



Figura 2 – Elementos arquitetónicos romanos na chamada “casa das colunas” da Quinta das Antas, em 1989 (Garcia, 1989, foto 50).

nomeadamente na construção do *circus* ou na oferta de espetáculos (IRCP, 73-80).

Destaca-se uma importante elite de libertos, sobretudo entre os séculos I e III, eventualmente ligados ao comércio marítimo mediterrâneo, que justifica a presença na cidade de um espólio rico e de origens muito diversas.

A importância e prosperidade de Balsa, de acordo com os padrões da sociedade romana, são inquestionáveis como comprovam a qualidade e diversidade dos seus materiais arqueológicos (Nolen, 1994; 1997; Santos, 1971; Viegas, 2011; Pereira, 2018). Se a relevância romana de Balsa é ausente de contestação, já a origem pré-romana do topónimo e a localização das origens do burgo, suscita discussão entre os investigadores. Convirá recordar que os indicadores cerâmicos não registam cronologia anterior a meados/finais do século I a. C. (Viegas, 2011, p. 289), balizando segundo Fabião, Arruda e Viegas o início da ocupação de Balsa na Quinta de Torre d’Aires, na primeira metade do século I a. C. (Arruda, 2003, p. 52; Fabião, 1999, p. 37). Entendem estes autores que Balsa primitiva estaria localizada em Tavira ou no Cerro do Cavaco e que terá sido deslocalizada na primeira metade do século I a. C. de forma organizada e administrativa. A origem romana ou pré-romana do sítio carece, todavia, de verificação, nomeadamente através de pesquisa continuada na colina da Torre d’Aires, núcleo central da cidade romana até agora nunca investigado (Bernardes, 2004).

O conhecimento de Balsa decorre essencialmente da sua interessante epigrafia e do espólio em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, sobretudo proveniente das escavações de Estácio da Veiga e das de 1977. Os estudos em torno destas coleções dão-nos uma ideia relativamente desenvolvida das suas dinâmi-

cas comerciais e da vida quotidiana. Nestes estudos de materiais cabe destacar o trabalho de Jeannette Nolen (1994), que nos apresenta o espólio mais significativo em termos museológicos do sítio, a maior parte dele recolhido aquando das escavações do século XIX, os estudos ceramológicos que Catarina Viegas (2006; 2011) faz dos materiais recolhidos nas escavações de 1977 (no âmbito de um projeto da Câmara municipal de Tavira e da Rede Portuguesa de Museus) ou ainda o recente e minucioso estudo dos materiais oriundos das necrópoles levado a efeito por Carlos Pereira (2018). Obviamente que nesta lista é obrigatório constar o estudo da epigrafia inserido na obra de José d'Encarnação (1984), pelo qual se conhece parte da sociedade balsense e alguns dos seus aspetos político-administrativos e culturais. Se estes aspetos sócio-culturais, completados com a informação dos materiais estudados por J. Nolen e C. Pereira, nos trazem muita informação sobre a cidade e o seu substrato populacional nos primeiros séculos em que a cidade manifesta todo o seu esplendor, os estudos cerâmicos de C. Viegas revelam-se fundamentais para conhecermos os ritmos económicos e as dinâmicas comerciais desta cidade portuária ao longo de toda a sua história. Os objetivos deste estudo de materiais centraram-se no reconhecimento da evolução do perfil de consumo de *Terra sigillata* e sua distribuição cronológica, bem como no conhecimento do perfil dos mercados abastecedores de produtos alimentares transportados em ânforas desde finais do século I a. C. até os séculos VI-VII, época de aparente abandono do sítio (Viegas, 2011). Os resultados da análise de cerca de duas centenas e meia de fragmentos anfóricos depositados no Museu Nacional de Arqueologia, são bem reveladores da natureza portuária desta cidade, nomeadamente pela esmagadora percentagem de ânforas importadas, que atingem mais de 90% no período Alto-imperial (Viegas, 2011: 359).

Apesar de um acumular de informação desde o século XIX, constatando-se a importância patrimonial do local, mas também da região envolvente relacionada com um conjunto de *villae* que existia na periferia da cidade, as destruições do sítio arqueológico foram, como vimos, recorrentes ao longo do século XX. Se a extensa atividade arqueológica, que se tem registado no Algarve nas últimas décadas, tem passado ao lado desta antiga cidade romana (Bernardes, 2010), espera-se que nos próximos anos se dê um salto quantitativo, mas também qualitativo, no conhecimento sobre esta cidade portuária.

### 3. TRABALHOS RECENTES EFETUADOS<sup>2</sup>

Entre 2016 e 2017, no âmbito de um estudo de mitigação de impactos de um projecto agrícola previsto para os terrenos da Quinta da Torre d'Aires, foram realizadas prospeções sistemáticas e prospeções geofísicas por métodos não invasivos. Seguiram-se quatro sondagens de diagnóstico, minuciosamente posicionadas, de forma a confirmar a correspondência arqueológica das anomalias registadas no subsolo obtidas pelas leituras geomagnéticas e por geo-radar. Destes resultados, publicados já noutra lugar (Dias et alii, 2018), damos agora conta de forma resumida, nomeadamente do registo arqueológico mais relevante.

A prospeção arqueológica sistemática (*field walking*) do sítio arqueológico foi concretizada em toda a propriedade de Torre d'Aires com passagens sucessivas espaçadas de 5 metros. Foram detetadas duas áreas de maior densidade de fragmentos cerâmicos, localizadas imediatamente a nascente das casas abandonadas da Quinta, principalmente na encosta que contacta com a Ria Formosa. Os fragmentos cerâmicos (de cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas etc...) chegam a ter uma densidade média por vezes de 4 a 6 fragmentos cerâmicos por m<sup>2</sup>, ou mesmo mais de 30 a 35 fragmentos cerâmicos por 10 m<sup>2</sup>.

O solo regularizado e terraplenado, particularmente da área a norte das casas da Quinta, é o resultado direto da grande afetação da área arqueológica consumada nas últimas quatro décadas em resultado da progressiva mecanização dos procedimentos e práticas agrícolas. No topo da colina onde se localizam as casas da Quinta de Torre d'Aires, registaram-se sinais claros de estruturas murais, possivelmente associadas à grande praça pública do *forum*, com orientação N-S e W-E, divergindo da orientação dos alicerces do casario moderno/contemporâneo. Na vertente que pende para a ria Formosa, surgem grandes blocos de *opus caementicium* cuja natureza estrutural é desconhecida, mas que poderiam bem corresponder a panos de muralha ou muros de sustentação cuja robustez desempenhava um papel importante na estabilidade da plataforma do topo onde se localizaria aquela praça.

Prospeções geofísicas sistemáticas foram efetuadas em toda a área a nascente, a poente e a sul das

---

<sup>2</sup>Após a redação deste texto, foram efetuados extensos trabalhos de prospeção geofísica e de escavação entre 2020 e 2022 cujos resultados alargam muito o que aqui se apresenta e que podem ser vistos em Bernardes Viegas e Candeias, 2022 e Bernardes et al. 2022.

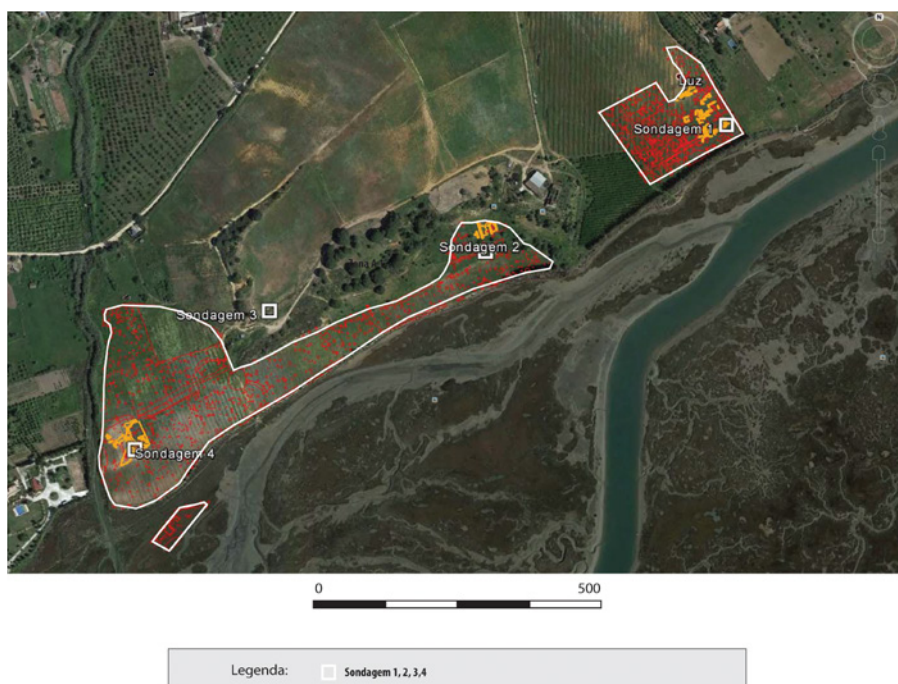


Figura 3 – Área das prospeções geofísicas realizadas na Quinta da Torre d'Aires e localização das sondagens efetuadas em 2017.

casas da Quinta onde a prospeção de superfície registou maior densidade de vestígios. A prospeção geomagnética rondou uma área de 8 hectares, tendo o Georadar sido aplicado em cerca de meio hectare na parte nascente e poente da propriedade com vista a detalhar as anomalias obtidas pelas medições geomagnéticas nas áreas onde eram mais evidentes (Dias *et alii*, 2018). De acordo com os resultados obtidos foram então selecionados os sítios para implantar as 4 sondagens arqueológicas efetuadas (Figura 3).

A sondagem 1 foi implantada num sítio onde os dados geofísicos apontavam para a presença de uma via e estruturas murais *grosso modo* edificadas de forma paralela à Ria Formosa; a 2 onde se indicia a presença de uma grande estrutura mural; a 3 num local onde assomavam ocorrências arqueológicas correspondentes a sepulturas; a 4 foi localizada no extremo oeste da propriedade. Aqui as medições geofísicas assinalavam anomalias relacionadas com alinhamentos ortogonais de grande dimensão, que poderiam indiciar a presença de infraestruturas portuárias. Aliás, essas anomalias corresponderiam a marcas visíveis nas imagens aéreas que levaram alguns autores a assinalar aí o porto da cidade (Mantas, 2003: 88; 2016, pp. 36, 40-41; Silva, 2007, pp. 68, 98, 100).

As anomalias registadas na prospeção geofísica foram confirmadas pelo registo arqueológico da Sonda-

gem 1, verificando-se aí a orientação da malha urbana da cidade com a localização das vias sugeridas, bem como a presença de estruturas murais de cronologia romana e tardo-romana (cfr. figura 4). Esta sondagem permitiu confirmar ainda que esta área mais próxima da ria Formosa é onde o registo arqueológico melhor se conserva face ao maior potencial estratigráfico que oferece em relação às demais áreas observadas, algo que os dados geofísicos já sugeriam, e que, apesar de serem visíveis as marcas de maquinaria pesada, que terá mobilizado o solo até uma profundidade de 70 cms, ainda se conservam estruturas de pelo menos duas épocas bem distintas, atestadas, de resto, pelas cerâmicas associadas.

A sondagem 2, a mais próxima da colina genética da cidade onde se elevaria o *forum*, também confirmou o registo geofísico ao deparar-se com uma grande estrutura mural, profundamente afetada, e com um variado espólio, sobretudo de cronologia alto-imperial, onde se destaca uma forte presença de fragmentos de ânforas.

A sondagem 3 revelou duas sepulturas em caixa de *lateres*, muito afetadas, parcialmente escavadas na camada geológica, e sem qualquer espólio associado.

Finalmente, a sondagem 4, situada sobre uma anomalia que a interpretação geofísica apontava poder corresponder a uma possível estrutura mural de dimen-



Figura 4 – Anomalias registadas por Georadar na parte nascente da Quinta de Torre d’Aires.

sões apreciáveis (10 m largura x 30 m comprimento), nada revelou do ponto de vista arqueológico, para além de alguns, poucos, fragmentos cerâmicos com elevado grau de rolamento, indiciando serem oriundos de outros sítios. A quase ausência de artefactos ou de qualquer estratigrafia relacionada com a ocupação romana da área indiciava que a malha urbana ou estruturas periféricas não chegariam até aqui, o que se viria a confirmar no Verão de 2019 (Dias *et alii*, 2020).

#### 4. AS OCUPAÇÕES TARDIAS DE Balsa

Das 4 sondagens efetuadas, cabe aqui referir a 1 e a 3 pelo facto de apresentarem contextos tardios. Na sondagem 1, sobreposta a uma construção imperial romana, existe uma canalização feita em *imbrices* que, pela forma como se sobrepõem, correria no sentido da ria, vinda do norte. Este escoamento sobrepõe-se àquela construção da época imperial composta por uma esquina de grandes dimensões e ao que teria sido uma rua da cidade, já completamente colmatada e, certa-

mente, há muito abandonada na altura em que o canal foi construído. A construção imperial denota duas fases, uma vez que a sua parte superior reutiliza materiais, nomeadamente de cerâmicas de construção. Ora, é sobre a camada de destruição deste muro de uma segunda fase da época imperial que se implanta a canalização, igualmente coberta por *imbrices*, certamente reaproveitados (Figura 5). Este elemento enquadra-se perfeitamente no tipo de construções da Antiguidade tardia caracterizados pelo reaproveitamento de materiais em novas funcionalidades. Não foi possível datar com precisão este esgoto, ainda que a sua posição estratigráfica relativamente à via e ao muro a que se sobrepõe, bem como o seu carácter construtivo frustrado, aponte para que se situe numa época em que a cidade já não existiria como tal. Tal como as edificações que eventualmente se (re)construíam para servirem as poucas pessoas que por ali permaneciam, apresentava um aspeto e todas as características de estrutura improvisada num espaço onde boa parte do edificado da malha urbana já se encontraria em ruínas. Esta canalização de escoamento de águas residuais será ainda mais tardia do que as estruturas do mesmo tipo identificadas por Estácio da Veiga e pelas escavações de 1977, cujas cerâmicas associadas apontam para que tenham sido abandonadas no século IV/V, e que corresponderiam à última fase do funcionamento de um edifício termal (Viegas, 2011, 395). Alguns fragmentos cerâmicos tardios, nomeadamente de cerâmica africana clara D, associados aos níveis sob ao da própria canalização, confirmam ainda a cronologia tardia do contexto.<sup>3</sup>



Figura 5 – Sondagem 1 onde se vê o Cunhal de um edifício voltado para uma via e uma canalização posterior, da Antiguidade Tardia.

<sup>3</sup> Posteriormente à redação deste texto, confirmou-se que a canalização se sobrepunha a um edifício com cetárias, tendo sido implantado no interior de uma delas, posteriormente ao seu abandono, um muro fruste de pedra seca.



Figura 6 – Sepulturas em caixa de ladrilhos da sondagem 3.



Figura 7 – Sepultura descoberta na sequência de trabalhos agrícolas em 1977 na Quinta de Torre d'Aires, onde apareceu uma taça de vidro oferecida ao Museu de Moncarapacho.

A sondagem 3 permitiu a identificação de duas sepulturas em caixa de tijolos, uma das tipologias mais comuns na região e bem conhecida em Balsa. Este tipo de sepultura é das mais comuns da época tardia. Apresentavam-se já bastante deterioradas não apresentando qualquer espólio arqueológico ou osteológico (Figura 6). Neste caso, encontrando-se quase à superfície e sem cobertura, já teriam sido violadas ainda que é normal este tipo de sepulturas tardias não trazerem qualquer tipo de espólio associado, como é frequente, por exemplo, na necrópole da Horta de São Cristóvão, em Faro, onde só 10 das 70 sepulturas, algumas das quais deste tipo, ofereceram espólio (Pereira, 2018, p. 257; 330 e segs.). O facto de não se ter recolhido qualquer fragmento cerâmico ou de outro tipo de artefacto nas suas imediações dificulta uma datação precisa, ainda que pela tipologia possamos apontar o

Baixo Império romano ou a Antiguidade Tardia como a cronologia mais provável destes sepulcros. A sua localização quase no final da plataforma para oeste das casas da Quinta da Torre d'Aires, a cerca de 350 metros, mas no enfiamento do local onde Estácio da Veiga escavou parte da necrópole norte da cidade (Pereira, 2018), indicia que estas sepulturas possam pertencer ao campo sepulcral que limitava a cidade pelo lado oeste. A confirmar-se, os limites da cidade ainda ficariam longe da ribeira da Luz, situada a cerca de 300 metros para oeste. Ainda que durante a Antiguidade Tardia, e à medida que se vai assistindo à retração das cidades, os espaços sepulcrais tenham tendência a invadir a malha urbana, não parece ser este o caso, até porque nesta área, para além das sepulturas, não há quaisquer estratos arqueológicos que indiciem outros tipos de ocupações. Fica, pois, como hipótese a confirmar, que o limite oeste da área urbana da cidade de Balsa se situaria aquém do local onde se encontraram estas sepulturas, a pouco mais de 300 metros das casas da Quinta onde, com toda a probabilidade, estaria o fórum da cidade.

De notar que a memória de um vasto campo sepulcral anexo ao caminho das Antas, situado a 200 metros destas sepulturas e que ainda hoje delimita pelo lado norte a propriedade da Quinta da Torre d'Aires, foi recorrente ao longo dos séculos. Estácio da Veiga terá apenas escavado parte desta necrópole que no seu tempo já era bem conhecida da memória popular e que continuará a ser objeto de esporádicos achados conforme atestam os frequentes relatos de gente que trabalhou na Quinta e que foram confrontados com o aparecimento accidental de vários enterramentos na sequência de trabalhos agrícolas (cf. figura 7). É possível que a primeira referência literária a estes enterramentos remonte à Idade Média, na chamada *Crónica da Conquista do Algarve*, escrita em 1419. Numa passagem desta *Crónica* alude-se a uma refrega entre cristãos e mouros, ocorrida no início da década de 40 do século XIII na estrada das Antas, junto à ribeira da Luz, onde vários cavaleiros teriam perecido e se diz que *morreo tanta gente delles que ainda hoje em dia jaz alli a ossada delles...* (Calado, 1998). Muito provavelmente essas ossadas que ainda no século XV se viam junto à estrada mais não seriam do que enterramentos romanos que já então por ali assomavam.

Tendo em conta que a cidade de Balsa teve ocupação até aos finais do século VI ou mesmo inícios do VII, após um período áureo nos dois primeiros séculos da nossa Era, de acordo com o registo cerâmico (Viegas, 2006), é natural que a área sepulcral da sua principal

necrópole, terminado o perímetro da urbe, se estendesse por algumas centenas de metros ao longo da via que dali saía. O espólio recolhido por Estácio da Veiga nas explorações desta necrópole situa-se entre finais do século I a.C. e os inícios do século V (Pereira, 2018, p.256), o que atesta um longo período ocupacional de mais de 4 séculos da necrópole norte de Balsa mais que suficiente para justificar aquela extensão, comum nos *campi sepulcrales* da cidade romana. Face aos dados disponíveis, parece, pois, que boa parte dos terrenos a norte das casas da Quinta da Torre d'Aires corresponderiam à grande necrópole da urbe cuja extensão ocupava parte da área oeste da propriedade, antes desta descer para o vale da ribeira da Luz. A avaliar pelas sepulturas agora detetadas é possível que nesta parte oeste se localizassem sepulturas de uma fase tardia daquela necrópole, não sendo de excluir ainda que estas pudessem pertencer a um núcleo sepulcral distinto da necrópole norte, onde Estácio da Veiga escavou mais de uma centena de sepulturas situadas a 250-300 metros deste local e a cerca 300 metros para norte da Quinta, de acordo com a sua descrição (Santos, 1971, p. 234; Pereira, 2018, p. 100).

O contexto de cetárias, escavado a nascente das casas da Quinta da Torre d'Aires por Manuel e Maria Maia, em 1977, enquadrar-se ainda na última fase de ocupação do sítio, numa altura em que as funcionalidades da urbe, enquanto tal, já estariam parcial ou totalmente abandonadas. Em muitas cidades romanas da província vizinha da Bética, com quem Balsa teria uma relação muito próxima é, aliás, frequente que muitos dos *fora* das cidades percam a sua razão de ser e comecem a ser desmantelados a partir de finais do século II (Marfil, Campos & Bermejo, 2018). Assiste-se, a partir de então a uma refuncionalização daqueles espaços e suas imediações, surgindo construções com outro tipo de funcionalidades tais como termas ou estruturas de carácter produtivo, como parece ser o caso de Balsa.

Com efeito, as escavações realizadas em outubro de 1977 na Quinta da Torre d'Ares por Manuel e Maria Maia identificaram numa área relativamente próxima do fórum um conjunto de estruturas produtivas (cetárias) cujo posicionamento naquele sítio decorre fundamentalmente desse processo de refuncionalização dos espaços urbanos, a partir de finais do século II e século III (Maia e Maia, 1978). Para além desta unidade produtiva de preparados piscícolas onde foram identificados 11 tanques, a intervenção arqueológica centrou-se ainda num sector onde se registou um conjunto de canalizações em área relativamente próxima à da sondagem 1 de 2017, que terão sido abandonadas

no século V, e estruturas de compartimentos não definidos noutra sector (Viegas, 2011, pp. 279-287). Vários dos tanques da unidade produtiva resultam de uma subdivisão de tanques maiores e anteriores, fenómeno típico das últimas fases da produção deste tipo de fábricas de processamento de peixe, documentado um pouco por todo o sul da Hispânia e no Algarve (Lagóstena Barrios, 2001; Medeiros, 2015). Nas fotografias da escavação desta unidade que terá sido, muito provavelmente, destruída no decorrer das atividades agrícolas, são bem visíveis o reaproveitamento de materiais de outros edifícios, tal como pedras bem esquadriadas de grandes dimensões (Maia e Maia, 1978; cf. Fig. 1). Tendo em conta os materiais encontrados, constituídos fundamentalmente por cerâmicas tardias, é possível que esta unidade de processamento piscícola tivesse sido aqui instalada não antes do século III, mantendo-se ativa até finais do V ou mesmo do século VI, tendo em conta a presença das formas Hayes 99, 103 e 104 de cerâmica africana clara D (Viegas, 2011, p. 284). Nesta altura a urbe já estaria há muito naquele leque de cidades que o bispo de Milão Ambrósio designava, em finais do século IV, por *cadavera urbium* (Ambr. *Epist.* 39.3) e que décadas antes o imperador Constantino se preocupava em fazer renascer apelidando-as de *urbes intermortuas* (Arce, 2015, p.311).

## 5. CONCLUSÃO

À semelhança do que aconteceu com a maioria das cidades hispânicas, a partir de finais do século II e inícios do III emergem os primeiros sinais de mudança e processos de transformação, que, em muitos casos, marcam o início de um processo de decadência sem retorno. Mesmo nas cidades capitais como *Augusta Emerita* ou *Bracara Augusta* verificam-se alterações significativas na morfologia urbana, ainda que aqui o vigor se mantenha e até se reforça a partir do século IV com a primeira a ser considerada *diocesis hispaniarum* e *Bracara* a ser elevada à categoria de capital provincial. Todavia, as transformações de boa parte das urbes passam frequentemente pela falência das estruturas político-administrativas clássicas, acompanhadas pelo avanço da construção sobre os eixos viários, verificada também naquelas capitais, quando não o abandono de algumas delas.

De uma forma geral, as arquiteturas que marcaram a fisionomia das cidades durante os séculos I e II deram lugar a novas estruturas e a um outro cenário urbano. Este vai-se construindo de acordo com os novos valores e as novas formas de habitar, onde muitos edifi-

cios públicos se apresentam refuncionalizados, parcialmente desmantelados e/ou pura e simplesmente abandonados. A paisagem clássica da urbe altera-se, assim, profundamente, sendo o estabelecimento de estruturas domésticas ou artesanais nos antigos espaços cívicos, ou ocupando as áreas nobres da urbe, um dos sinais icónicos da mudança. Outros elementos que pontuam na nova paisagem de algumas cidades será a construção de novos edifícios ligados à fé cristã, a par da reutilização de materiais construtivos em espaços reocupados e do abandono de outros, onde a emergência de lixeiras é uma constante. Estes fenómenos, bem comprovados em muitas cidades do Ocidente romano, seriam certamente comuns a *Balsa*; e se aqueles sinais já nos parecem emergir nesta cidade portuária a partir da segunda metade do século II, inícios do século seguinte, o aspeto decrépito e crescente despovoamento que a associa àquelas urbes designadas pelo bispo milanês como *cadavera urbium* (Arce, 2015, p. 313) será bem evidente a partir de finais do século IV. E ainda que aí cheguem alguns laivos e labores dos novos tempos (Maciel, 2003), a vizinha *Ossonoba*, sede episcopal pelo menos desde os inícios desse século, catalisará agora todo o dinamismo regional, secando aos poucos os canais que antes alimentavam a *urbs balsensis*.

## BIBLIOGRAFIA

ARCE, J. (2015) – “La inscripción de Orcistus y Las preocupaciones del emperador”. In *Laurent Brassous et Alejandro Quevedo (eds.), Urbanisme civique en temps de crise. Les espaces publics d’Hispanie et de l’Occident romain entre les II<sup>e</sup> et IV<sup>e</sup> siècles*. Madrid: collection de la casa de Velázquez (149), pp. 311-323.

ARRUDA, A. M. (2003) – “Távira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1.ª Idade do Ferro”. In *Távira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Tavira, pp. 51-56.

BERNARDES, J. P. (2004) – “Sobre o Litoral Algarvio no Período Imperial Romano”. In M. Conceição Lopes e Raquel Vilaça (coord.), *O Passado em Cena – narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra / Porto, pp. 247-260.

BERNARDES, J. P. (2010) – “A Investigação Arqueológica do Período Romano no Algarve: balanço e perspectivas de investigação”. In *Xelb*. n.º 10. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 385-398.

BERNARDES, J. P.; VIEGAS, J. P.; CANDEIAS, C. (2022) – “Balsa”, in T. Nogales Basarrate, *Ciudades Romanas de Hispania – II, Novedades y Hallazgos*, Mérida: Museo Nacional e Arte Romano, pp. 357-368.

BERNARDES J. P.; RONDÁN SEVILLA, I. R.; CANDEIAS, C.; RUIZ BARROSO, M. R. (2022) – “Non- Invasive Prospection Methods

in the Roman City of Balsa (Luz de Tavira-Portugal): Revealing the Real Townscape”. *Land*, 11, 1785. <https://doi.org/10.3390/land11101785>.

CALADO, A. de Almeida – ed. (1998) – *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro, pp. 154 e segs.

DIAS, V.; BERNARDES, J.; MANTAS, V.; FREIRE, J. e DORES, T. (2018) – “A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados”. In J. P. Bernardes et. al., *Arqueologia Urbana em Centro Históricos*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 178-195.

ENCARNAÇÃO, José d’ (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios Para o Estudo da Romanização*. Coimbra (= IRCP).

FABIÃO, C. (1999) – “O Algarve romano”. In M. G. M. Marques (ed.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, pp. 33-51.

GARCIA, Cristina T. (1989) – *Estação Arqueológica da Luz (Távira). Relatório de prospeção de campo e proposta de classificação*. Parque Natural da Ria Formosa (Policopiado).

GOMES, M. Varela e GOMES, R. Varela (1981/1983) – “Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossonoba”. In *Nummus*. 2.ª série. vol. IV, V e VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 155-182.

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d’ (1984).

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. *Collecció Instrumenta*. 11. Barcelona.

MAIA, Maria G. P. (2008) – “Távira e o Mar na Antiguidade”. In *Távira, patrimónios do mar* (Catálogo da Exposição). Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 59-67.

MAIA, M. G. P.; MAIA, M. (1978) – *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Távira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977* (Disponível na DGPC).

MANTAS, Vasco G. (1990) – “As cidades marítimas da Lusitânia”. In *Les villes de Lusitainne romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique*. Paris : CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques, 42). pp. 149-205.

MANTAS, Vasco G. (2003) – “A cidade de Balsa”. In *Távira: Território e Poder*. Lisboa, pp. 85-94.

MANTAS, Vasco G. (2016) – “Navegação e Portos no Algarve Romano”. *Al-Ulya*. XVI. Loulé, pp. 25-51.

MARFIL VAZQUEZ, F.; CAMPOS CARRASCO, J.; BERMEJO MELÉNDEZ, J. (2018) – “La arquitectura forense en los Conventus Hispalensis y Astigitanus: testimonios materiales y síntesis”. In J. Campos Carrasco e J. Bermejo Meléndez (Eds.) *Ciudades Romanas de la Provincia Baetica. Corpus Urbium Baeticarum: Conventus Hispalensis et Astigitanus*. Vol. I. Huelva, pp. 273-306.

MACIEL, M. Justino (2003) – “O território de Balsa na Antiguidade tardia”. In *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira/ Museu Nacional de Arqueologia, pp. 105-126.

MEDEIROS, Ismael E. (2015) – “Conservas de peixe na Lusitânia. O quadro produtivo da Boca do Rio e das restantes *cetariae* do Algarve”. *Anales de Arqueología Cordobesa*. 25-26. Universidad de Cordoba, pp. 115-144.

NOLEN, Jeannette U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: IPM.

NOLEN, Jeannette U. S. (1997) – “Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio”. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, pp. 327-342.

PEREIRA, Carlos S. P. (2018) – *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia* (Supl. 9 de *O Arqueólogo Português*). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional.

SANTOS, Maria L. E. V. A. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 219-304.


SILVA, L. Fraga da (2007) – *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira/Câmara Municipal de Tavira.

VEIGA, S. P. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d’Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEGAS, Catarina (2006) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: C. M. Tavira/IPM.

VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias, 3). Lisboa: Uniarq.





ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2022

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)